

21/06/2016 às 05h00

Amec provoca investidor a ter código de conduta

Por Graziella Valenti | De São Paulo

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) passou os dez primeiros anos de atuação cobrando as companhias abertas. Agora, estreia o início da próxima década de vida com os holofotes sobre os grandes investidores institucionais, chamando-os a praticar e exercer os direitos que possuem sobre as empresas.



Rodrigues da Cunha: diligência é forma inteligente de exercício da propriedade

Na semana passada, a Amec cutucou os investidores, seus próprios associados. Lançou o "Código de Stewardship" - o primeiro do Brasil. A palavra de origem inglesa - e mesmo assim pouco conhecida até no jargão financeiro - não tem tradução exata para o português. Diz respeito a zelar pelo navio.

"Confiança se adquire pela demonstração de responsabilidade", escreve Mauro Rodrigues da Cunha, presidente da associação, no começo da carta de apresentação do documento.

No mundo, existem mais de 100 códigos desse tipo, adotados por 11 países, que tratam os direitos dos acionistas quase como um "dever" dos gestores perante seus clientes. Na Inglaterra, o código adotado em 2012 já tem mais de 300 signatários. Agora, o ICGN, instituto internacional de governança corporativa, estuda ter um modelo para servir de base às nações interessadas.

A Amec escolheu sete diretrizes para o código, que está em consulta pública até 15 de julho (*confira abaixo*). O conteúdo foi inspirado nos modelos internacionais. "Já vemos essa prática nos estrangeiros, mas o absentéismo entre os investidores nacionais ainda é enorme", afirmou Rodrigues da Cunha ao **Valor**. Daí a importância da iniciativa, na opinião dele. A ideia é ser familiar ao estrangeiro e um incentivo para o doméstico.

Nos últimos anos, lembrou ele, houve grande dedicação em facilitar e garantir, na prática, o direito de participação dos investidores na vida das empresas, como prevê a Lei das Sociedades por Ações no papel. "Com grandes poderes, vêm grandes responsabilidades." É como ele gosta de desconstrair assunto tão sério: citando o conselho de Ben Parker, avô do herói Peter Parker, o Homem-Aranha.

Rodrigues da Cunha explicou que as diretrizes são "relativamente simples". O objetivo principal da iniciativa é motivar a "aspiração" dos fundos a atuar de forma responsável com os investimentos e fazer disso um diferencial.

O princípio por trás de todo esforço, de acordo com o presidente da Amec, é incentivar que o investidor institucional cumpra o seu papel na pirâmide de governança das companhias. "Quando ele não o faz, as empresas ficam piores", disse ao **Valor**. As companhias que vão à mercado buscam capital, mas levam também benefícios indiretos. "A opinião dos investidores funciona como uma espécie de consultoria para as companhias. E nem sempre elas aproveitam isso."

Além disso, o código cumpre um papel de estimular a transparência das gestoras de recursos perante seus clientes. Com ele, se torna possível que as gestoras prestem

Empresas

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Bolsa informa que negócios com ações da Oi estão suspensos até as 11h
09h02

Kroton melhora oferta pela Estácio
08h47

Oi vai à Justiça com dívida de R\$ 65 bi 🔑
05h00

O sonho da 'supertele', fomentado pelo governo 🔑
05h00

Ver todas as notícias



Vídeos



Empresários esperam sinais mais claros para

Acionista timoneiro

Princípios e deveres dos investidores institucionais

- Implementar programa de "stewardship"
- Implementar mecanismos de administração de conflitos de interesses
- Considerar aspectos ambientais, sociais e de governança nos processos de investimento e atividades de "stewardship"
- Monitorar os emissores de valores mobiliários investidos
- Ser ativo e diligente no exercício dos direitos de voto
- Definir critérios de engajamento coletivo
- Dar transparência às atividades de "stewardship"

contas de como pretendem influenciar as companhias investidas para que tenham melhores retornos e como pretendem com isso atender seus cotistas.

Todo esse envolvimento e acompanhamento é ainda mais importante no caso de investidores institucionais e fundos passivos, pois são

de longo prazo. "Vender, para esses investidores, nem sempre é uma opção disponível."

Embora o voto seja questão central da atividade do acionista, Rodrigues da Cunha explica que se trata de muito mais do que simplesmente votar. "O voto é a consequência lógica [do engajamento e acompanhamento do investidor]. A assembleia é o resultado, não o objetivo."

Quando questionado se as diretrizes propostas não são excessivamente básicas, ele admite: "deveriam ser". E explica que existe um foco excessivo dos investidores nos temas financeiros, em especial de curto prazo, em detrimento às questões de "estratégia e governança das companhias investidas".

As grandes crises internacionais deixaram evidente que o espaço para malfeitos cresce quando os investidores não cumprem seu papel. Para o presidente da Amec, a atuação responsável é nada além do que "uma forma inteligente de exercício da propriedade".

No Brasil, afirmou Rodrigues da Cunha, a questão da participação dos investidores nas empresas não tem abordagem nem regulatória nem autorregulatória. "Não há pressão comercial sobre as gestoras de recursos."

O motivo da consulta pública, a despeito de se tratar de uma iniciativa quase de autorregulação, segundo ele, é o interesse em "induzir o comportamento correto". A Amec, explicou ele, tem 60 associados e são mais de 500 gestores de recursos no Brasil. A adesão é voluntária e não está vinculada à necessidade de ser associado, assim como a participação na consulta.

Nos Estados Unidos, o tema foi aos palcos a partir de 2001, com a quebra da Enron. A política de voto vem, mais e mais, conquistando status de item de diferenciação e competitividade na indústria de gestão de recursos. Mas foi ainda na década de 70 que Robert Monks, então Ministro do Trabalho, declarou que os direitos políticos faziam parte do ativo sob gestão dos fundos de pensão - e isso valia para as gestoras que recebiam recursos desses fundos. Foi quando o voto ganhou caráter obrigatório.

investir
17/06/2016



Análise Setorial



Energias renováveis

Estratégico para o país, o setor de energia desafia a crise econômica e deve receber grandes investimentos privados neste e nos próximos anos. Projetos de pelo menos R\$ 5,5 bilhões estão em planos das empresas do setor.

Confira outros títulos disponíveis

ValorRI

Relação com os investidores

Veja os resultados publicados pelas principais empresas do país e as mais importantes operações de mercado de capitais.

Siga o Twitter do Valor RI

Siga o Facebook do Valor RI

Receba alertas do Valor RI

Acesse

Captações externas

Operações mais recentes

Tomador	Valor*	Meses	Retorno**
Cosan	500	127	7,25%
Vale	1.250	60	6%
Marfrig	750	84	8,250%
Petrobras	1.750	120	9,000%
Petrobras	5.000,0	60	8,63%
República Federativa do Brasil	674	120	6,125%

Veja as tabelas completas no ValorData

Fontes: Instituições financeiras e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Em milhões de dólares ** No lançamento do título

ValorInveste

Casa das Caldeiras

Por Redação

Exterior é destaque; discurso centralizado em Meirelles pesa

O Consultor Financeiro

Compartilhar

0

Tweet

Share

3

+1

0

Ω

Por Marcelo d'Agosto

Modelos de alocação de ativos para controlar oscilações

O Estrategista

Por André Rocha

As dificuldades de comunicação com o mercado

Newsletter

O melhor conteúdo em economia, negócios e finanças gratuitamente direto em seu e-mail.

Receba Gratuitamente
